



RELATÓRIO E CONTAS 2012

Finibanco, S.A.

Sede Social Rua Júlio Dinis, 157 Apartado 4573 4050-323 Porto

Capital Social € 180.000.000 Cons. Reg. Com. do Porto e Pes. Colect. N.º 505 087 286

ÍNDICE

1. Órgãos Sociais

2. Enquadramento Macroeconómico

3. Atividade em 2012

4. Análise Económica e Financeira

5. Aplicação de Resultados

6. Nota final

7. Declarações dos Membros do Conselho de Administração

Demonstrações Financeiras

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Anexos

Participações dos Membros dos Órgãos de Administração

Participações Qualificadas

Ações Próprias

1.Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente António Joaquim de Matos Pinto Monteiro

Vice-Presidente Pedro Canastra de Azevedo Maia

Secretário Mário Paulo Ramos Caetano Pereira

Conselho de Administração

Presidente António Tomás Correia

Vogais José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral (a)

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Conselho Fiscal

Presidente: José Rodrigues de Jesus (b)

Vogal Efetivo: António Monteiro de Magalhães

Vogal Efetivo: Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes

(a) Renunciou em 28 de Janeiro de 2013

(b) Renunciou em 29 de Novembro de 2012

Revisor Oficial de Contas (efetivo)

KPMG & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. n.º189
representado por Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC n.º 1.081

2. Enquadramento Macroeconómico

A conjuntura macroeconómica em 2012 caracterizou-se por um novo abrandamento da economia mundial, com o FMI a estimar uma expansão de apenas 3,2% (contra 3,9% em 2011 e 5,1% em 2010). Um abrandamento provocado pela desalavancagem do setor privado nas economias desenvolvidas, por políticas orçamentais restritivas e pelo impasse na resolução da crise da dívida soberana na Zona Euro. Este último fator conduziu a região para a recessão, afetando também as economias em desenvolvimento, quer por via dos efeitos comerciais, quer por via da incerteza nos mercados financeiros, ficando assim o crescimento também aquém das expectativas nos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Por seu lado, o Reino Unido estagnou, enquanto o Japão registou um crescimento em grande medida em resultado da recuperação da atividade após o sismo de 2011 e dos próprios trabalhos de reconstrução, mas acabando por entrar em recessão na segunda metade do ano. A grande exceção foi os EUA, em que o crescimento do PIB que acelerou de 1,8% para 2,2%, resultado em grande parte do primeiro contributo positivo desde 2005 dado pelo imobiliário.

O abrandamento global só não foi mais intenso porque os principais bancos centrais continuaram a aliviar a política monetária, visando reduzir desta feita sobretudo as taxas de juro de longo-prazo para suportar o investimento. Destaque-se a mudança de postura por parte do BCE na 2ª metade do ano, ao lançar um programa (OMT) para intervir no mercado secundário de dívida pública, no sentido de auxiliar os países sob pressão dos mercados. Nos EUA, saliente-se as medidas de estímulo económico anunciadas pela Reserva Federal (Fed), aumentando o seu balanço através de compras de ativos colateralizados por créditos à habitação e de dívida pública. Na China, surgiram diversas iniciativas ao nível das políticas monetárias e orçamental, estancando o abrandamento económico.

Mas o principal tema de 2012 foi inegavelmente o euro, cujos desenvolvimentos, ainda que insuficientes para sossegar completamente os investidores, permitiram chegar ao fim do ano com a Zona Euro intacta, suportando a valorização dos ativos financeiros com risco. Ainda assim, depois de no último trimestre de 2011 ter-se observado um regresso da economia da Zona Euro às contrações (ressentindo-se dos efeitos recessivos das políticas

de consolidação orçamental levadas a cabo por uma boa parte dos Estados-Membros, com destaque para Itália e Espanha), ao longo de 2012 a economia continuou a cair (com exceção da estagnação no 1º trimestre), registando uma queda anual de 0,5%. Observou-se uma redução da procura interna, sobretudo ao nível do investimento, mas também do consumo, penalizado pela subida do desemprego. Esta contração anual surge depois de dois anos de crescimento (+1,5% em 2011) que não haviam ainda permitido recuperar totalmente da contração sofrida aquando da recessão anterior (-4,4% em 2009).

Em Portugal a implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) acordado com o BCE, o FMI e a Comissão Europeia (comumente referida como 'troika') implicou uma queda de 3,2% do PIB em 2012, o dobro da observada em 2011 (-1,6%). A economia foi sobretudo condicionada pelos efeitos das fortes medidas de austeridade inscritas no Orçamento de Estado para 2012 (v.g., corte de subsídios nas administrações públicas e aumento de impostos), com a queda no derradeiro trimestre do ano a dever ter refletido já o efeito sobre as expectativas dos agentes económicos do novo conjunto de fortes medidas anunciadas para 2013 (v.g., alterações no número de escalões de IRS, aplicação de uma sobretaxa de IRS, agravamento da tributação das pensões mais elevadas). Assim, em 2012 observou-se uma queda expressiva e generalizada da procura interna, com o consumo privado a descer em resultado da redução do rendimento disponível, quer resultante das medidas de consolidação das finanças públicas, quer do aumento do desemprego. As difíceis condições de financiamento do mercado de crédito terão conduzido também a um aumento da poupança forçada das famílias, ainda que a poupança por motivos de precaução tenha continuado a ser preponderante. Também o setor produtivo se ressentiu da falta de financiamento, o que, aliado às fracas perspetivas de negócio, provocou mais uma intensa redução do investimento privado. No setor público, as reduções no investimento e no consumo enquadraram-se no esforço de consolidação orçamental. A diminuição da procura interna, sobretudo por bens duradouros e máquinas e equipamentos produzidos no exterior, refletiu-se em mais uma queda anual das importações. Já as exportações têm constituído uma das principais surpresas positivas do processo de ajustamento, sendo de realçar o facto de a balança de bens e serviços ter-se equilibrado em 2012, algo ímpar desde 1943. Por outro lado, a redução das necessidades de financiamento do setor público e o aumento da poupança do setor privado resultaram numa significativa diminuição do défice externo, que praticamente se reduziu a zero no final do ano.

3. Atividade em 2012

Em 2012 o Finibanco, SA manteve a mesma actividade e a mesma estrutura do ano anterior, na sequência da aquisição feita em 2011 de 100% do capital social do Finibanco – Holding, SGPS S.A. e suas subsidiárias pela Caixa Económica - Montepio Geral.

Em 2011 procedeu-se à transmissão da totalidade dos ativos e passivos (trespasse) do Finibanco, S.A. para a CEMG, com exceção dos imóveis, adquiridos em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e de contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária), em que o Finibanco, S.A. era locador financeiro, bem como todos os passivos e provisões associados e os elementos do ativo imobilizado, que suportavam materialmente a actividade locação financeira.

A 31 de Dezembro de 2012, o financiamento dos activos é efectuado através de uma emissão de papel comercial, no montante de 25 milhões de euros.

No exercício em referência iniciaram-se trabalhos com vista à preparação de um novo modelo organizacional e de negócio para o Finibanco, SA, cuja acção passará a assentar na área específica da banca de investimento, corporizada na estruturação e montagem de operações de “corporate finance” e na gestão de activos financeiros, sempre numa óptica integrada nas políticas e nas estratégias definidas no Grupo Montepio. O processo encontra-se em fase de apreciação e definição do modelo de negócio, perspectivando-se que a sua implementação ocorra no decurso do exercício de 2013 e que ainda possa contribuir positivamente para os resultados consolidados do Grupo Montepio.

4 Análise Económica e Financeira

Em 31 de Dezembro de 2012, o ativo líquido do Finibanco, S.A. situou-se em 195,2 milhões de euros, representando o crédito a clientes cerca de 60,4% deste total.

Em consequência da redefinição do modelo de negócio para o Finibanco, SA., em 2012, não foi realizada qualquer nova operação de crédito, desta forma se justificando a diminuição de 18,1 milhões de euros (-8,5%) do activo líquido, relativamente ao ano de 2011.

O crédito a clientes (bruto), composto exclusivamente por “leasing” imobiliário e mobiliário, era de 131,7 milhões de euros, patenteando um decréscimo de 23,5 milhões de euros - 15,1%), dos quais 13,9 milhões de euros (10,6%), cobertos por provisões para crédito vencido.

Os ativos financeiros disponíveis registam 42,5 milhões de euros referentes a unidades de participação dos fundos CA Imobiliário (40,4 milhões de uros) e Solução Arrendamento (2,1 milhões de euros) que o Finibanco, S.A. detém.

Os activos não correntes detidos para venda, líquidos de imparidade, registaram um aumento de 6,2 milhões euros face a 2011, em parte porque, em termos globais, foram repostas imparidades, no montante de 5,1 milhões de euros. Esta rubrica está associada a imóveis adquiridos por reembolso de crédito próprio, que se situavam em 22,2 milhões de euros antes de imparidade.

No final do exercício as disponibilidades em Instituições de Crédito registavam 11,9 milhões de euros.

O Finibanco,SA dispõem apenas de um financiamento, através da emissão de papel comercial no montante de 25 milhões de euros, subscrito na totalidade pela Caixa Económica - Montepio Geral.

Os capitais próprios situam-se em 164,9 milhões de euros, mantendo-se o capital social (180 milhões de euros) que existia à data da operação de trepasse. Os capitais próprios foram reforçados em 24 milhões de euros pela incorporação dos resultados do exercício de 2011.

O resultado do exercício de 2012 foi positivo, em 8,1 milhões de euros, registando um decréscimo de 16,3 milhões de euros, relativamente ao exercício anterior, justificado pelo resultado de 72,2 milhões de euros, da venda e da transmissão dos ativos e passivos para a CEMG, verificada em 2011.

A atividade corrente, no que respeita à carteira de crédito de “leasing”, incorporou na margem financeira proveitos de cerca de 7,6 milhões de euros.

Em 2012, o produto bancário atingiu 7,7 milhões de euros, contribuindo de modo positivo com 1,5 milhões de euros relativamente outros resultados de exploração, enquanto o da alienação de imóveis o fez negativamente com 1,4 milhões de euros.

Os custos de estrutura situavam-se em 1,1 milhões de euros, dos quais 1 milhão de euros relativos a gastos administrativos afetos à atividade corrente.

As provisões do exercício tiveram, em termos globais, reposições de 2,7 milhões de euros, sendo que as provisões para crédito foram reforçadas em 3,8 milhões de euros, que foram anuladas imparidades para activos não correntes, no montante de 5,1 milhões de euros e ainda anuladas provisões para processos judiciais no valor de 1,9 milhões de euros.

O resultado líquido do exercício foi de 8,1 milhões de euros, após deduzidos os impostos correntes, de 0,4 milhões de euros e 0,8 milhões de euros, para impostos diferidos.

Em termos prudenciais, o Finibanco, SA mantém níveis elevados de solvabilidade, traduzidos num Core Tier I de 76,1% e num rácio de solvabilidade de 74,3%.

5 Aplicação de Resultados

No exercício de 2012 o Finibanco, S.A. obteve um Lucro de 8.075.405,55 euros, para o qual se propõe a seguinte aplicação:

• Para Reserva Legal (10%)	807.540,55 euros
• Para Resultados Transitados	7.267.865,00 euros
• Total	8.075.405,55 euros

6 Nota final

A concluir o presente Relatório, queremos, prioritariamente, salientar a postura de diálogo e de cooperação, que nos cumpre agradecer, sempre evidenciadas pelas Autoridades Monetárias e Financeiras.

Queremos. Igualmente, expressar os nossos agradecimentos:

- Ao Accionista Único, Finibanco Holding, SGPS, SA pela confiança demonstrada, que muito nos honra e encoraja na prossecução dos nossos objectivos;
- Aos Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, pela colaboração nunca regateada;
- Aos Revisores Oficiais de Contas, KPMG & Associados – Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, pelo apoio que nos disponibilizaram.

7. Declarações dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Finibanco, S.A. declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao exercício de 2012, expõem fielmente a evolução dos negócios, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Finibanco, S.A..

Mais declara ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Finibanco, S.A., bem como a descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Porto, 25 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

António Tomás Correia

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral (a)

(a) Renunciou em 28 de Janeiro de 2013

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Anexos

Participações dos Membros dos Órgãos de Administração

Nos termos e para os efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, informa-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham quaisquer ações ou obrigações do Finibanco, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, nem efetuaram qualquer movimento durante o período em causa.

Lista de Titulares de Participações Qualificadas

Nos termos do Regulamento n.º 5/2008 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31.12.2012, a totalidade do capital social do Finibanco, S.A. estava na posse do Finibanco-Holding, SGPS S.A..

Por sua vez, o Acionista que, em 31.12.2012, detinha a totalidade do capital social do Finibanco-Holding, SGPS S.A. era a Caixa Económica Montepio Geral.

Ações Próprias Detidas em 31.12.2012

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31.12.2012, o Finibanco, S.A. não detinha ações próprias nem fez qualquer movimento durante o período em análise.

Finibanco, SA

Balanço em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2012		2011	
	Activo Bruto	Imparidade e amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
Activo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11 749	-	11 749	-
Activos financeiros disponíveis para venda	42 501	-	42 501	41 830
Crédito a clientes	131 715	13 909	117 806	145 439
Activos não correntes detidos para venda	22 181	4 046	18 135	11 899
Outros activos tangíveis	773	773	-	-
Activos intangíveis	206	206	0	-
Activos por impostos correntes	2	-	2	2
Activos por impostos diferidos	4 777	-	4 777	5 119
Outros activos	577	393	184	8 973
Total do Activo	214 481	19 327	195 154	213 262
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito			-	39 222
Responsabilidades representadas por títulos			25 060	-
Provisões			1 090	3 231
Outros passivos			4 137	13 037
Total do Passivo			30 287	55 490
Situação líquida				
Capital			180 000	180 000
Reservas de justo valor			(1 045)	(66)
Outras reservas e resultados transitados			(22 163)	(46 582)
Resultado líquido do exercício			8 075	24 420
Total da situação líquida			164 867	157 772
Total do passivo e da situação líquida			195 154	213 262

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Finibanco, S.A.

Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2012	2011
Juros e proveitos similares	10 110	42 989
Juros e encargos similares	2 512	25 824
Margem financeira	7 598	17 165
Rendimentos de serviços e comissões	2	5 465
Encargos com serviços e comissões	(6)	(957)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	-	883
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	207
Resultados de reavaliação cambial	-	(46)
Resultados de alienação de outros activos	(1 433)	(3 487)
Outros resultados de exploração	1 519	64 094
Total de proveitos operacionais	7 680	83 324
Custos com pessoal	82	13 974
Gastos gerais administrativos	1 033	10 117
Amortizações do exercício	-	2 107
Total de custos operacionais	1 115	26 198
Provisões líquidas de imparidade	(2 141)	1 362
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	4 140	12 659
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(5 090)	3 171
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	393	-
Resultado operacional	9 263	39 934
Impostos		
Correntes	418	74
Diferidos	770	15 440
Resultado líquido do exercício	8 075	24 420

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Finibanco, S.A.

**Demonstrações Financeiras
Individuais**

31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Com a respectiva Certificação Legal das Contas)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Finibanco, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 195.154.380 euros e um total de capital próprio de 164.866.423 euros, incluindo um resultado líquido de 8.075.406 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's"), conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Finibanco, S.A.** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's, conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de Março de 2013



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- NOTAS EXPLICATIVAS

(Páginas 4 a 73)

Finibanco, S.A.

Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2012	2011
Juros e proveitos similares	3	10 110	42 989
Juros e encargos similares	3	2 512	25 824
Margem financeira		7 598	17 165
Rendimentos de serviços e comissões	4	2	5 465
Encargos com serviços e comissões	4	(6)	(957)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	5	-	883
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	6	-	207
Resultados de reavaliação cambial	7	-	(46)
Resultados de alienação de outros activos	8	(1 433)	(3 487)
Outros resultados de exploração	9	1 519	64 094
Total de proveitos operacionais		7 680	83 324
Custos com pessoal	10	82	13 974
Gastos gerais administrativos	11	1 033	10 117
Amortizações do exercício	12	-	2 107
Total de custos operacionais		1 115	26 198
Provisões líquidas de anulações	13	(2 141)	1 362
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	14	4 140	12 659
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	15	(5 090)	3 171
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	15	393	-
Resultado operacional		9 263	39 934
Impostos			
Correntes	22	418	74
Diferidos	22	770	15 440
Resultado liquido do exercicio		8 075	24 420

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Finibanco, S.A.

Demonstração Individual do Rendimento Integral para os anos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outro rendimento integral do exercício:			
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	30	(1 408)	7 169
Impostos diferidos	22	428	(2 100)
Impacto da aplicação da IAS 19		-	(497)
Total de outro rendimento integral do exercício depois de impostos		<u>(980)</u>	<u>4 572</u>
Resultado líquido do exercício		<u>8 075</u>	<u>24 420</u>
Total de rendimento integral do exercício		<u><u>7 095</u></u>	<u><u>28 992</u></u>

Finibanco, S.A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2012	2011
Activo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	11 749	-
Activos financeiros disponíveis para venda	17	42 501	41 830
Crédito a clientes	18	117 806	145 439
Activos não correntes detidos para venda	19	18 135	11 899
Activos por impostos correntes		2	2
Activos por impostos diferidos	22	4 777	5 119
Outros activos	23	184	8 973
Total do Activo		195 154	213 262
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	24	-	39 222
Responsabilidades representadas por títulos	25	25 060	-
Provisões	26	1 090	3 231
Outros passivos	27	4 137	13 037
Total do Passivo		30 287	55 490
Situação líquida			
Capital	28	180 000	180 000
Reservas de reavaliação	30	(1 045)	(65)
Outras reservas e resultados transitados	29 e 30	(22 163)	(46 583)
Resultado líquido do exercício		8 075	24 420
Total da situação líquida		164 867	157 772
		195 154	213 262

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Finibanco, S.A.

Mapa de alterações na Situação Líquida para os anos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Outros instrumentos de capital	Reserva legal	Reserva por impostos diferidos	Reservas de reavaliação legais	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados transitados	Resultado líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	143 874	180 000	15 000	5 365	2 100	1	25 124	(7 235)	(20 649)	(55 832)
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:										
Alterações de justo valor (nota 30)	7 169	-	-	-	-	-	-	7 169	-	-
Registo dos custos diferidos com pensões ao abrigo das NCAS	(497)	-	-	-	-	-	-	-	(497)	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 22)	(2 100)	-	-	-	(2 100)	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	24 420	-	-	-	-	-	-	-	-	24 420
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	28 992	-	-	-	(2 100)	-	-	7 169	(497)	24 420
Alienação de valores mobiliários perpétuos	(15 000)	-	(15 000)	-	-	-	-	-	-	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(525)	-	-	-	-	-	(525)	-	-	-
Outros	431	-	-	-	-	-	-	-	431	-
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	(55 832)	55 832
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	157 772	180 000	-	5 365	-	1	24 599	(66)	(76 547)	24 420
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:										
Alterações de justo valor (nota 30)	(1 408)	-	-	-	-	-	-	(1 408)	-	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 22)	428	-	-	-	428	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	8 075	-	-	-	-	-	-	-	-	8 075
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	7 095	-	-	-	428	-	-	(1 408)	-	8 075
Aplicação de resultados	-	-	-	2 442	-	-	-	-	21 978	(24 420)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	164 867	180 000	-	7 807	428	1	24 599	(1 474)	(54 569)	8 075

Finibanco, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2012	2011
<i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i>		
Juros recebidos	10 110	56 000
Comissões recebidas	2	5 465
Pagamento de juros	(2 512)	(42 392)
Pagamento de comissões	(6)	(957)
Despesas com pessoal e fornecedores	(1 115)	(24 091)
Recuperação de crédito e juros	-	(730)
Outros pagamentos e recebimentos	331	24 395
	<u>6 810</u>	<u>17 690</u>
<i>(Aumentos) / diminuições de activos operacionais</i>		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	23 493	2 604 791
Outros activos	6 159	104 523
	<u>29 652</u>	<u>2 709 314</u>
<i>(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais</i>		
Recursos para com clientes	-	(2 373 702)
Recursos para com instituições de crédito	(39 222)	(79 574)
Recursos de bancos centrais	-	(310 140)
	<u>(39 222)</u>	<u>(2 763 416)</u>
	<u>(2 760)</u>	<u>(36 412)</u>
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento</i>		
Dividendos recebidos	-	63
(Compra) / venda de activos financeiros de negociação	-	3 802
(Compra) / venda de activos financeiros avaliados a justo valor através de resultados	-	10 511
(Compra) / venda de activos financeiros disponíveis para venda	(2 079)	96 224
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	-	75 799
Alienação de imobilizações	-	34 832
Aquisição de imobilizações	-	(1 387)
	<u>(2 079)</u>	<u>219 844</u>
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</i>		
Aumento de capital	-	-
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	25 060	-
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	-	(1 000)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	(8 472)	(332 695)
	<u>16 588</u>	<u>(333 695)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	11 749	(150 263)
Caixa e equivalentes no início do período		
Caixa	-	119 947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	30 316
Caixa e equivalentes no fim do exercício (Nota 16)	<u>11 749</u>	<u>-</u>

Finibanco, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2012

1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Finibanco, S.A. (“Finibanco”) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social no Porto, constituída por escritura pública outorgada em 28 de Junho de 2001 no Cartório Notarial de Vale de Cambra, actualmente com o capital social de Euros 180.000.000 representada por 180.000.000 acções nominativas, tituladas, e cujo objecto social é a realização de todas as operações permitidas aos bancos.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da Caixa Económica Montepio Geral (“CEMG”), procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco-Holding, SGPS S.A. accionista único do Finibanco, através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco-Holding, SGPS S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de Abril de 2011, o Finibanco alienou à CEMG um conjunto de activos e passivos (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro, bem como todos os passivos e provisões associadas, e os elementos do activo imobilizado que suportam materialmente a actividade de locação financeira).

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Finibanco são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') em vigor e adoptadas pela União Europeia (UE), com excepção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ('NCAs'). As NCAs incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores com excepção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS. As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Finibanco em 25 de Fevereiro de 2013. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondadas ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respectiva versão vigente.

O Finibanco adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2012, conforme referido na nota 35.

As demonstrações financeiras do Finibanco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCAs emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios das demonstrações financeiras agora apresentadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCAs requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 1 q).

b) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Finibanco para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Finibanco expiram; ou (ii) o Finibanco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

Conforme referido na política contabilística 1 a), o Finibanco aplica nas suas contas individuais as NCAs pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Finibanco nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Finibanco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de Junho, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de Janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos (write-offs)

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Finibanc, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem

financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

2) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Finibanco, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo-valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

d) Desreconhecimento

O Finibanco desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou o Finibanco não mantém controlo dos mesmos.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- Os SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Finibanco, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Finibanco obtenha benefícios do funcionamento do SPE;

- O Finibanco tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das actividades do SPE, ou, ao estabelecer mecanismos de "auto-pilot", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Finibanco tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- O Finibanco retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

O Finibanco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

e) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações em descontinuação são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Finibanco também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações em descontinuação e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Finibanco classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Finibanco.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

f) Locação financeira

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

g) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Finibanco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

h) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;

- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

i) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura, Resultados em activos financeiros disponíveis para venda e Resultados em activos financeiros detidos até à maturidade)

O Resultado de operações financeiras reflecte os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos-valias das alienações de activos financeiros disponíveis para venda e de activos financeiros detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos derivados afectos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

j) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Finibanco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Finibanco procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Outras imobilizações	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

k) Activos intangíveis

Software

O Finibanco regista em activos intangíveis os custos associados ao software adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Finibanco não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de software.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

m) Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Finibanco tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

n) Impostos sobre lucros

O Finibanco está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ('IRC'). Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção dos activos intangíveis sem vida finita, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Finibanco procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

o) Relato por segmentos

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Finibanco que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

p) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Finibanco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

q) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Finibanco são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Finibanco e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Finibanco poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Finibanco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Finibanco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Finibanco avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. De acordo com as políticas do Finibanco, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Finibanco.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Finibanco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Finibanco.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Finibanco durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 5 e 6. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Margem financeira	7 598	17 165
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	-	1 090
	<u>7 598</u>	<u>18 255</u>

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000
Juros e rendimentos similares		
Juros de crédito	6 342	34 966
Juros de outras aplicações	-	3 129
Juros de depósitos	3 768	112
Juros de títulos disponíveis para venda	-	1 493
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	-	715
Outros juros e rendimentos similares	-	2 574
	<u>10 110</u>	<u>42 989</u>
Juros e encargos similares		
Juros de depósitos	-	18 052
Juros de títulos emitidos	1 075	403
Juros de empréstimos	1 437	6 569
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	-	771
Outros juros e encargos similares	-	29
	<u>2 512</u>	<u>25 824</u>
Margem Financeira	<u><u>7 598</u></u>	<u><u>17 165</u></u>

4 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	-	792
Por operações realizadas por conta de terceiros	-	111
Por garantias prestadas	-	500
Outros rendimentos de serviços e comissões	2	4 062
	<u>2</u>	<u>5 465</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	(6)	(740)
Por operações realizadas com títulos	-	(25)
Outros encargos com serviços e comissões	-	(192)
	<u>(6)</u>	<u>(957)</u>
	<u>(4)</u>	<u>4 508</u>

5 Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	31 de Dezembro 2012			31 de Dezembro 2011		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Activos e passivos financeiros detidos para negociação						
De outros emissores	-	-	-	-	72	(72)
Acções	-	-	-	19	40	(21)
	-	-	-	19	112	(93)
Instrumentos financeiros						
Contratos sobre taxas de câmbio	-	-	-	211	173	38
Contratos sobre taxas de juro	-	-	-	518	7 030	(6 512)
Contratos sobre cotações	-	-	-	573	40	533
Outros	-	-	-	-	2	(2)
	-	-	-	1 302	7 245	(5 943)
	-	-	-	1 321	7 357	(6 036)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	-	-	-	111	63	48
	-	-	-	111	63	48
Passivos financeiros						
Outros passivos subordinados	-	-	-	7 143	272	6 871
	-	-	-	7 143	272	6 871
	-	-	-	8 575	7 692	883

6 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	31 de Dezembro 2012			31 de Dezembro 2011		
	Proveitos	Perdas	Total	Proveitos	Perdas	Total
	Euros 000	Euros '000	Euros '000	Euros 000	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	390	183	207
	-	-	-	390	183	207

7 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	31 de Dezembro 2012			31 de Dezembro 2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Reavaliação cambial	-	-	-	23 409	(23 455)	(46)

8 Resultados de alienação de outros activos

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	31 de Dezembro 2012			31 de Dezembro 2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	Euros 000	Euros '000	Euros '000	Euros 000	Euros '000	Euros '000
Activos não financeiros						
Activos não correntes detidos para venda	47	1 772	(1 725)	1 927	4 225	(2 298)
Activos em locação financeira	323	31	292	309	507	(198)
Outros activos tangíveis	-	-	-	340	1 331	(991)
	370	1 803	(1 433)	2 576	6 063	(3 487)

9 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços	153	927
Reembolso de despesas	228	482
Outros	2 038	73 179
	<u>2 419</u>	<u>74 588</u>
Outros custos de exploração		
Impostos	605	1 004
Donativos e Quotizações	-	61
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	127	129
Contribuições para o Sistema de Indemnização aos Investidores	3	671
Outros	165	8 629
	<u>900</u>	<u>10 494</u>
Outros resultados líquidos de exploração	<u><u>1 519</u></u>	<u><u>64 094</u></u>

A rubrica Outros proveitos de exploração – Outros, em 31 de Dezembro de 2011, incluía o montante de Euros 72.198.000 referente à alienação de um conjunto de activos e passivos do Finibanco à Caixa Económica Montepio Geral.

10 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Remunerações	69	10 152
Encargos sociais obrigatórios	13	3 295
Outros encargos com fundo de pensões	-	495
Outros custos	-	32
	<u>82</u>	<u>13 974</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Finibanco, durante o exercício de 2012, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	69	-	69
Total	<u>69</u>	<u>-</u>	<u>69</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Finibanco, durante o exercício de 2011, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	182	695	877
Remunerações variáveis	-	5	5
Total	<u>182</u>	<u>700</u>	<u>882</u>

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Finibanco durante os exercícios de 2012 e 2011, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2012	2011
Direcção e coordenação	2	-
	<u>2</u>	<u>-</u>

11 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Rendas e alugueres	-	2 323
Serviços especializados		
Informática	49	1 017
Trabalho independente	79	1 350
Outros serviços especializados	818	1 482
Publicidade e publicações	4	806
Comunicações e expedição	-	902
Água, energia e combustíveis	5	551
Conservação e reparação	3	193
Transportes	3	270
Seguros	18	106
Deslocações, estadias e despesas de representação	5	145
Material de consumo corrente	-	235
Formação	-	6
Outros gastos administrativos	49	731
	<u>1 033</u>	<u>10 117</u>

A rubrica Rendas e alugueres incluía em 31 de Dezembro de 2011 o montante de Euros 1.409.000 correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pelo Finibanco na condição de locatário.

12 Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Activos Intangíveis		
Software	-	295
Outros activos fixos tangíveis		
Imóveis	-	874
Equipamento:		
Mobiliário e material	-	122
Máquinas e ferramentas	-	26
Equipamento Informático	-	469
Instalações interiores	-	91
Equipamento de transporte	-	92
Equipamento de segurança	-	90
Outros	-	48
	<u>-</u>	<u>1 812</u>
	<u>-</u>	<u>2 107</u>

13 Provisões líquidas de anulações

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	Dez 2012	Dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos		
Dotação do Exercício	125	2 485
Reversão do Exercício	(2 266)	(1 123)
	<u>(2 141)</u>	<u>1 362</u>

14 Imparidade de crédito

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	Dez 2012	Dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Imparidade de crédito		
Dotação do Exercício	9 794	17 305
Reversão do Exercício	(5 654)	(3 917)
Recuperação de crédito e de juros	-	(729)
	<u>4 140</u>	<u>12 659</u>

15 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Imparidade para activos não correntes detidos para venda:		
Dotação do Exercício	3 317	15 311
Reversão do Exercício	(8 407)	(11 681)
	<u>(5 090)</u>	<u>3 630</u>
Imparidade para activos tangíveis - custo histórico		
Dotação do Exercício	-	6 174
Reversão do Exercício	-	(6 633)
	<u>-</u>	<u>(459)</u>
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	<u><u>(5 090)</u></u>	<u><u>3 171</u></u>
Imparidade de outros activos		
Dotação do Exercício	393	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	<u><u>393</u></u>	<u><u>-</u></u>

Em Novembro e Dezembro de 2011, o Finibanco procedeu à alienação de um conjunto de imóveis classificados como Activos não correntes detidos para venda, aos Fundos de Investimento Imobiliário, CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (“FEII”) e Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (“FIIAH”).

Esta operação gerou uma menos-valia de Euros 2.301.000 e uma reversão de imparidade associada a estes imóveis de Euros 10.534.000. De referir que para estas operações, os preços de transacção foram determinados através de duas avaliações para cada imóvel, realizadas por avaliadores independentes credenciados pela CMVM. Para cada imóvel foi atribuído o valor mais baixo das duas avaliações ou a média das duas.

16 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Em instituições de crédito no país		
Caixa Económica Montepio Geral	11 749	-
	<u>11 749</u>	<u>-</u>

17 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

	31 de Dezembro 2012				
	Reserva de justo valor				
	Custos ⁽¹⁾	Positiva	Negativa	Perdas por	Valor de
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	imparidade	balanço
				Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento variável:					
Unidades de participação	43 975	-	(1 474)	-	42 501
	<u>43 975</u>	<u>-</u>	<u>(1 474)</u>	<u>-</u>	<u>42 501</u>

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	31 de Dezembro de 2011				
	Reserva de justo valor				
	Custos ⁽¹⁾	Positiva	Negativa	Perdas por	Valor de
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	imparidade	balanço
				Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento variável:					
Unidades de participação	41 896	-	(66)	-	41 830
	<u>41 896</u>	<u>-</u>	<u>(66)</u>	<u>-</u>	<u>41 830</u>

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na nota 1c), a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor conforme nota 30. O Finibanco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 1p).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	-	691
Transferência	-	(691)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>

A rubrica Transferência corresponde aos valores transferidos para a Caixa Económica Montepio Geral, no âmbito da alienação de activos e passivos, ocorrida em 4 de Abril de 2011.

Conforme descrito na nota 1c), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. O total da reserva de justo valor para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é negativo e ascende a Euros 1.474.000 (2011: Euros 66.000).

O Finibanco reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual o Finibanco tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, os seguintes factores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2012, é a seguinte:

31 de Dezembro 2012				
	Entre 3			
Inferior a	meses e 1	Superior a	Indetermi-	Total
três meses	ano	1 ano	nado	
Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento variável:				
Unidades de participação				
Nacionais	-	-	42 501	42 501
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42 501</u>	<u>42 501</u>

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2011, é a seguinte:

31 de Dezembro de 2011				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre 3 meses e 1 ano Euros '000	Superior a 1 ano Euros '000	Indetermi- nado Euros '000
	Total Euros '000			
Títulos de rendimento variável:				
Unidades de participação				
Nacionais	-	-	-	41 830
	-	-	-	41 830

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

31 de Dezembro 2012			31 de Dezembro de 2011		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento variável:					
Unidades de participação					
	42 501	-	42 501	41 830	-
	42 501	-	42 501	41 830	-

18 Crédito a clientes

Esta rubrica é apresentada como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Crédito interno		
A empresas		
Locação financeira	96 169	116 239
A particulares		
Locação financeira	22 590	29 792
	<u>118 759</u>	<u>146 031</u>
Crédito e juros vencidos		
Menos de 90 dias	351	1 079
Mais de 90 dias	12 605	8 122
	<u>12 956</u>	<u>9 201</u>
	131 715	155 232
Imparidade para riscos de crédito	(13 909)	(9 793)
	<u><u>117 806</u></u>	<u><u>145 439</u></u>

A partir de 2009, na sequência da Carta-Circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, o Finibanco passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica sejam considerados incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano	De 1 a 5	A mais de	Indeterminado	Total
	Euros '000	Euros '000	5 anos	Euros '000	Euros '000
			Euros '000		
Crédito em Locação	-	15 862	102 897	12 956	131 715
	<u>-</u>	<u>15 862</u>	<u>102 897</u>	<u>12 956</u>	<u>131 715</u>

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano	De 1 a 5	A mais de	Indeterminado	Total
	Euros '000	anos	5 anos		
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito em Locação	-	10 495	135 536	9 201	155 232
	-	10 495	135 536	9 201	155 232

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2012, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

Crédito em locação				
Até 1 ano	De 1 a 5	A mais de	Total	
Euros '000	anos	5 anos	Euros '000	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	
Rendas vincendas	20 905	56 273	51 284	128 462
Juros Vincendos	(4 677)	(12 462)	(9 893)	(27 032)
Valores residuais	908	3 133	13 288	17 329
	17 136	46 944	54 679	118 759

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2011, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

Crédito em locação				
Até 1 ano	De 1 a 5	A mais de	Total	
Euros '000	anos	5 anos	Euros '000	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	
Rendas vincendas	1 579	33 992	131 785	167 356
Juros Vincendos	(42)	(3 382)	(36 949)	(40 373)
Valores residuais	840	3 475	14 733	19 048
	2 377	34 085	109 569	146 031

A rubrica Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a apresentada como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Empresas		
Locação	11 204	7 916
Particulares		
Locação	1 752	1 285
	<u>12 956</u>	<u>9 201</u>

O valor de imparidade a 31 de Dezembro de 2012 é de Euros 14.998.000 e inclui, para além de provisões específicas no valor de Euros 13.909.000, provisões para riscos gerais de crédito no valor de Euros 1.090.000, conforme nota 26.

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	9 793	118 056
Dotação do exercício	9 794	17 305
Reversão do exercício	(5 654)	(3 917)
Transferências	-	(121 651)
Utilização de imparidade	(24)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>13 909</u>	<u>9 793</u>

A rubrica Transferências em 2011 corresponde aos valores transferidos para a Caixa Económica Montepio Geral no âmbito da alienação de activos e passivos, ocorrida, em 4 de Abril de 2011.

Adicionalmente, o Finibanco regista em 31 de Dezembro de 2012, Euros 1.090.000 de provisões para riscos gerais de crédito (2011: Euros 1.331.000), as quais de acordo com as NCA's são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 26.

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objectivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

Em conformidade com a política do Finibanco, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2012:

	Classes de Incumprimento					Total Euros '000
	Até 3 meses Euros '000	3 - 6 meses Euros '000	6 - 12 meses Euros '000	1 - 3 anos Euros '000	Mais de 3 anos Euros '000	
Crédito Vencido com Garantia	239	354	1 147	6 395	4 821	12 956
Imparidade existente	9	123	477	2 262	2 909	5 780
Crédito Vencido sem Garantia	-	-	-	-	-	-
Imparidade existente	-	-	-	-	-	-
Total de crédito vencido	239	354	1 147	6 395	4 821	12 956
Total de imparidade para crédito vencido	9	123	477	2 262	2 909	5 780
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	1 140	1 656	2 567	2 648	118	8 129
Total de imparidades para risco de crédito	1 149	1 779	3 044	4 910	3 027	13 909

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2011:

	Classes de Incumprimento					Total Euros '000
	Até 3 meses Euros '000	3 - 6 meses Euros '000	6 - 12 meses Euros '000	1 - 3 anos Euros '000	Mais de 3 anos Euros '000	
Crédito Vencido com Garantia	252	75	422	1 323	1 194	3 266
Imparidade existente	2	12	150	1 131	1 179	2 474
Crédito Vencido sem Garantia	973	244	606	2 344	1 768	5 935
Imparidade existente	8	60	391	2 336	1 767	4 562
Total de crédito vencido	1 225	319	1 028	3 667	2 962	9 201
Total de imparidade para crédito vencido	10	72	541	3 467	2 946	7 036
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	1	13	382	2 339	22	2 757
Total de imparidades para risco de crédito	11	85	923	5 806	2 968	9 793

Em conformidade com a nota 1b), a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Crédito com garantias reais	13 909	2 683
Crédito sem garantias	-	7 110
	13 909	9 793

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Crédito com garantias reais	24	-
	<u>24</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, o detalhe da imparidade determinada de acordo com a nota 1b), apresenta-se como segue:

	2012					
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfólio</i>		Total	
	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euro '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euro '000	Valor do crédito Euros '000	Crédito líquido de imparidade Euro '000
Crédito a empresas	21 446	1 070	85 927	11 640	107 373	94 663
Crédito a particulares	-	-	24 342	2 289	24 342	22 053
	<u>21 446</u>	<u>1 070</u>	<u>110 269</u>	<u>13 929</u>	<u>131 715</u>	<u>116 716</u>

O Finibanco utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respectivos activos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a reflectir a sua volatilidade.

19 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	21 301	20 282
Equipamento	880	753
	<u>22 181</u>	<u>21 035</u>
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	(4 046)	(9 136)
	<u>18 135</u>	<u>11 899</u>

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a nota 1e).

A rubrica Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Finibanco; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação prosolvendo).

De acordo com a expectativa do Finibanco, pretende-se que os referidos activos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 2 anos, existindo uma estratégia para a sua alienação. A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos de promessa de compra e venda no montante de Euros 4.004.000 (2011: Euros 1.562.000).

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	9 136	-
Dotação do exercício	3 317	15 311
Reversão do exercício	(8 407)	(11 681)
Utilização	-	(155)
Transferencias	-	5 661
Saldo em 31 de Dezembro	<u>4 046</u>	<u>9 136</u>

A rubrica Transferências em 2011 corresponde aos valores transferidos para a Caixa Económica Montepio Geral no âmbito da alienação de activos e passivos, ocorrida em 4 de Abril de 2011.

Os movimentos dos activos não correntes detidos para venda no exercício de 2012, são analisados como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	21 035	37 448
Aquisições	7 392	14 341
Alienações	(5 853)	(40 674)
Regularizações	(393)	9 920
Saldo em 31 de Dezembro	<u>22 181</u>	<u>21 035</u>

A rubrica Transferências em 2011 corresponde aos valores transferidos para a Caixa Económica Montepio Geral no âmbito da alienação de activos e passivos, ocorrida em 4 de Abril de 2011.

20 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Custos		
Equipamento		
Mobiliário e material	78	81
Máquinas e ferramentas	23	23
Equipamento informático	264	264
Instalações interiores	155	155
Equipamento de segurança	1	1
Activos em locação financeira	38	38
Outras imobilizações corpóreas	214	214
	<u>773</u>	<u>776</u>
Depreciações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	-	(1 812)
Relativas a exercícios anteriores	(773)	1 036
	<u>(773)</u>	<u>(776)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o exercício de 2012, são apresentados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo					
Equipamento					
Mobiliário e material	81	-	(3)	-	78
Máquinas e ferramentas	23	-	-	-	23
Equipamento informático	264	-	-	-	264
Instalações interiores	155	-	-	-	155
Equipamento de segurança	1	-	-	-	1
Activos em locação financeira	38	-	-	-	38
Outras imobilizações corpóreas	214	-	-	-	214
	<u>776</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>773</u>
Depreciações acumuladas					
Equipamento					
Mobiliário e material	81	-	(3)	-	78
Máquinas e ferramentas	23	-	-	-	23
Equipamento informático	264	-	-	-	264
Instalações interiores	155	-	-	-	155
Equipamento de segurança	1	-	-	-	1
Activos em locação financeira	38	-	-	-	38
Outras imobilizações corpóreas	214	-	-	-	214
	<u>776</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>773</u>

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2011, são apresentados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo					
Imóveis					
De serviço próprio	15 549	-	(15 549)	-	-
Obras em imóveis arrendados	30 175	-	(30 175)	-	-
Imobilizado em curso	477	-	(414)	(63)	-
Equipamento					
Mobiliário e material	7 911	60	(7 890)	-	81
Máquinas e ferramentas	1 227	-	(1 204)	-	23
Equipamento informático	19 061	367	(19 164)	-	264
Instalações interiores	5 519	1	(5 365)	-	155
Equipamento de Transporte	3 629	-	(3 629)	-	-
Equipamento de segurança	4 173	5	(4 177)	-	1
Património artístico	1 609	-	(1 609)	-	-
Activos em locação financeira	804	-	(766)	-	38
Outras imobilizações corpóreas	2 127	4	(1 917)	-	214
	<u>92 261</u>	<u>437</u>	<u>(91 859)</u>	<u>(63)</u>	<u>776</u>
Depreciações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	5 004	360	(4 725)	(639)	-
Obras em imóveis arrendados	17 892	514	(19 045)	639	-
Equipamento					
Mobiliário e material	6 609	122	(6 650)	-	81
Máquinas e ferramentas	858	26	(861)	-	23
Equipamento informático	17 468	469	(17 673)	-	264
Instalações interiores	3 954	91	(3 890)	-	155
Equipamento de Transporte	3 228	92	(3 320)	-	-
Equipamento de segurança	2 377	90	(2 466)	-	1
Activos em locação financeira	805	-	(767)	-	38
Outras imobilizações corpóreas	1 431	48	(1 265)	-	214
	<u>59 626</u>	<u>1 812</u>	<u>(60 662)</u>	<u>-</u>	<u>776</u>

21 Activos intangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Custo:		
<i>Software</i>	206	206
	<u>206</u>	<u>206</u>
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	-	(295)
Relativas a exercícios anteriores	(206)	89
	<u>(206)</u>	<u>(206)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Este activo intangível não possui vida útil finita, pelo que, conforme referido na nota 1k), o seu valor recuperável é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os movimentos da rubrica activos intangíveis, durante o ano de 2012, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
<i>Software</i>	206	-	-	-	206
	<u>206</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>206</u>
Amortizações acumuladas:					
<i>Software</i>	206	-	-	-	206
	<u>206</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>206</u>

Os movimentos da rubrica activos intangíveis, durante o exercício de 2011, são apresentados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Software	15 313	63	(15 170)	-	206
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	1 146	23	(1 169)	-	-
Outros activos intangíveis	93	-	(93)	-	-
	<u>16 552</u>	<u>86</u>	<u>(16 432)</u>	<u>-</u>	<u>206</u>
Amortizações acumuladas:					
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	-	-	-	-
Software	13 602	295	(13 691)	-	206
Outros activos intangíveis	32	-	(32)	-	-
	<u>13 634</u>	<u>295</u>	<u>(13 723)</u>	<u>-</u>	<u>206</u>

22 Impostos

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 podem ser apresentados como seguem:

	Activo		Passivo		Líquido	
	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Instrumentos financeiros	428	-	-	-	428	-
Provisões	4 349	3 266	-	-	4 349	3 266
Imparidade imóveis parte não aceite	-	1 853	-	-	-	1 853
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	<u>4 777</u>	<u>5 119</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4 777</u>	<u>5 119</u>

O Finibanco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos em balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Saldo inicial	5 119	22 659
Reconhecido em resultados	(770)	(15 440)
Reconhecido em reservas de justo valor	428	(2 100)
Saldo final (Activo / (Passivo))	<u>4 777</u>	<u>5 119</u>

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 31 de Dezembro de 2011 teve as seguintes origens:

	31 de Dezembro 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Reconhecido em resultados Euros '000	Reconhecido em reservas Euros '000	Reconhecido em resultados Euros '000	Reconhecido em reservas Euros '000
Instrumentos financeiros	-	428	91	(2 100)
Outros activos tangíveis	(1 852)	-	1 853	-
Activos intangíveis	-	-	(175)	-
Provisões	1 082	-	(12 024)	-
Fundo de pensões	-	-	(3 174)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	(2 011)	-
Total do imposto reconhecido (proveito) / custo	(770)	428	(15 440)	(2 100)
Impostos Correntes	(418)	-	(74)	-
Total do imposto reconhecido (proveito) / custo	(1 188)	428	(15 514)	(2 100)

O reconhecimento dos impostos diferidos líquidos, inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente: (i) o impacto do reconhecimento das diferenças temporárias apuradas em exercícios anteriores, e que de acordo com a legislação aplicável serão utilizáveis em períodos posteriores; e (ii) os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, o Finibanco possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes, sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	2012		2011	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		9 263		39 934
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Bancário		387		724
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		9 650		40 658
Taxa de imposto	25		25	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		2 316		9 984
Custos não dedutíveis	1,1	105	16,4	6 658
Receitas isentas de imposto	(4,8)	(467)	(3,0)	(1 202)
Prejuízo fiscal utilizado	(8,4)	(807)	-	-
Tributações autónomas e outros impactos	0,4	41	0,2	74
Imposto do período	12,3	1 188	38,2	15 514

23 Outros activos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Outros devedores	425	8 973
Contas diversas	152	-
	<u>577</u>	<u>8 973</u>
Imparidade para outros activos	(393)	-
	<u>184</u>	<u>8 973</u>

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	-	93
Dotação do exercício	393	
Transferências	-	(93)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>393</u>	<u>-</u>

A 31 de Dezembro de 2012 a rubrica Devedores e outras aplicações de Euros 393 refere-se à imparidade constituída por via de um processo de dação anulado.

24 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

	31 de Dezembro 2012			31 de Dezembro de 2011		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39 222</u>	<u>39 222</u>

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Indeterminado	-	39 222
	<u>-</u>	<u>39 222</u>

25 Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Papel Comercial	25 060	-
	<u>25 060</u>	<u>-</u>

A análise da rubrica Responsabilidades representadas por títulos, por prazos de maturidade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, é a seguinte:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Até 6 meses	25 060	-
	<u>25 060</u>	<u>-</u>

O movimento ocorrido durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (Líquidas) Euros '000	Outros movimentos (a) Euros '000	Saldo em 31 de Dezembro Euros '000
Papel Comercial	-	75 000	(50 000)	-	60	25 060
	<u>-</u>	<u>75 000</u>	<u>(50 000)</u>	<u>-</u>	<u>60</u>	<u>25 060</u>

^(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

As principais características das responsabilidades representadas por títulos, em 31 de Dezembro de 2012 são apresentadas como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Papel Comercial Finibanco SA 2ª Emissão	Dez.2012	Jun.2013	Euribor 6 meses reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 3,0%	25.060
				<u>25 060</u>

26 Provisões

Esta rubrica é apresentada como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito	1 090	1 331
Provisões para riscos diversos	-	1 900
	<u>1 090</u>	<u>3 231</u>

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na nota 1b).

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	1 331	21 992
Dotação do exercício	125	586
Reversão do exercício	(366)	(1 124)
Transferências	-	(20 123)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>1 090</u>	<u>1 331</u>

Os movimentos da provisão para riscos diversos são analisados como segue:

	Dez 2012	Dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	1 900	1 588
Dotação de provisões	-	1 900
Reversão do exercício	(1 900)	-
Utilização de provisões	-	(203)
Transferências	-	(1 385)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>-</u>	<u>1 900</u>

Estas provisões foram constituídas em 2011 tendo como base a probabilidade da ocorrência de contingências relacionadas com riscos inerentes à venda efectuada em 2009 à Mapfre Seguros Gerais, S.A., de 50% da participada Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. Estas contingências são revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento, de acordo com a política contabilística referida na nota 1p).

Em 2012, as contingências referidas anteriormente deixaram de se verificar em resultado de ter sido efectuada a recompra dos 50% da Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. alienados anteriormente à Mapfre Seguros Gerais, S.A. pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, na sequência de um acordo estabelecido entre as partes.

A rubrica Transferências em 2011 corresponde aos valores transferidos para a Caixa Económica Montepio Geral no âmbito da alienação de activos e passivos, ocorrida em 4 de Abril de 2011.

27 Outros passivos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	Dez 2012	Dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Credores:		
Fornecedores	92	38
Outros credores	3 382	10 856
Sector Público administrativo	463	551
Outros custos a pagar	198	867
Contas diversas	2	725
	<u>4 137</u>	<u>13 037</u>

28 Capital

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital subscrito do Finibanco ascende a Euros 180.000.000 e encontra-se integralmente realizado, sendo formado por 180.000.000 acções de valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Finibanco Holding detém 100% das acções representativas do capital social do Finibanco.

29 Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa o Finibanco deverá reforçar anualmente a Reserva Legal com pelo menos 10% dos lucros anuais até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva, ser distribuída.

A variação da reserva legal é analisada na nota 30.

30 Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é apresentada como segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Reservas de reavaliação		
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(1 474)	(66)
Reservas de reavaliação legais	1	1
Reservas de reavaliação para impostos diferidos	428	-
	<u>(1 045)</u>	<u>(65)</u>
Reservas e resultados transitados		
Reserva legal	7 807	5 365
Outras reservas	24 599	24 599
Resultados transitados	(54 569)	(76 547)
	<u>(22 163)</u>	<u>(46 583)</u>
	<u><u>(23 208)</u></u>	<u><u>(46 648)</u></u>

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a nota 1c).

A movimentação durante o exercício de 2012 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
Títulos de rendimento variável:					
Unidades de participação	(66)	(1 408)	-	-	(1 474)
	<u>(66)</u>	<u>(1 408)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1 474)</u>

A movimentação durante o ano de 2011 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 de Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos nacionais	(4 394)	-	4 394	-	-
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	(2 497)	-	2 497	-	-
	<u>(6 891)</u>	<u>-</u>	<u>6 891</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Títulos de rendimento variável:					
Unidades de participação	(344)	(66)	344	-	(66)
	<u>(7 235)</u>	<u>(66)</u>	<u>7 235</u>	<u>-</u>	<u>(66)</u>

A reserva de justo valor é analisada conforme segue:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	43 975	41 896
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	42 501	41 830
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	<u>1 474</u>	<u>66</u>

31 Justo valor

O O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de pricing do Finibanco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Finibanco.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado ("Bid-price"), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg - mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos *standard* (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Finibanco contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

31 de Dezembro 2012				
Empréstimos e aplicações Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Outros Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	11 749	11 749	11 749
Activos financeiros disponíveis para venda	43 975	-	42 501	42 501
Credito a clientes	117 806	-	117 806	117 806
	<u>117 806</u>	<u>11 749</u>	<u>172 056</u>	<u>172 056</u>
Responsabilidades representadas por títulos	-	25 060	25 060	25 060
	<u>-</u>	<u>25 060</u>	<u>25 060</u>	<u>25 060</u>

31 de Dezembro de 2011				
Empréstimos e aplicações Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Outros Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Activos financeiros disponíveis para venda	43 975	-	41 830	41 830
Crédito a clientes	145 439	-	145 439	145 439
	<u>145 439</u>	<u>-</u>	<u>187 269</u>	<u>187 269</u>
Recursos de outras instituições de crédito	-	39 222	39 222	39 222
	<u>-</u>	<u>39 222</u>	<u>39 222</u>	<u>39 222</u>

32 Transacções com partes relacionadas

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Finibanco é apresentado como segue:

Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Caixa Económica Montepio Geral
Montepio Recuperação de Crédito, ACE
Montepio Arrendamento - FIIAH
Finibanco Angola, S.A.
Finivalor - Sociedade gestora de fundos de investimento
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.
Nutre S.G.P.S., S.A.
Conselho de Administração
Montepio Geral - Associação Mutualista
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Finibanco Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.

Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.
Montepio Mediação - Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I.M., S.A.
MG Investimentos Imobiliários, S.A.
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.
Lestinvest, SGPS
Sociedade Portuguesa de Administrações
Leacock, Lda.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
Sagies, S.A.
Bem Comum, Sociedade Capital Risco, S.A.
N Seguros, S.A.
NEBRA, Energias Renovables, SL
Nova Câmbios, S.A.
Silvip, S.A.
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro
Fundo de Pensões Finibanco - Gerido pela Futuro
Fundação Montepio

À data de 31 de Dezembro de 2012, os débitos e créditos detidos pelo Finibanco sobre partes relacionadas são analisados como segue:

	Disponibilidades em IC'S	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos	Recursos de outras IC's	Responsabilidades representadas por títulos	Outros passivos	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Finibanco - Holding, SGPS S.A.	-	-	-	-	-	337	337
Caixa Económica Montepio Geral	11 749	-	-	-	25 000	2 420	39 169
	<u>11 749</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25 000</u>	<u>2 757</u>	<u>39 506</u>

À data de 31 de Dezembro de 2012, os encargos e os rendimentos do Finibanco sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Outros custos de exploração, Juros e rendimentos similares e Outros proveitos de exploração, são analisados como segue:

	Juros e encargos similares	Rendimentos de serviços e comissões	Juros e rendimentos similares	Outros custos de exploração	Outros proveitos de exploração	Total Euros '000
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa Económica Montepio Geral	2 512	-	3 769	-	-	6 281
	<u>2 512</u>	<u>-</u>	<u>3 769</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6 281</u>

À data de 31 de Dezembro de 2011, os débitos e créditos detidos pelo Finibanco sobre partes relacionadas são analisados como segue:

	Disponibilidades em IC'S	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos	Recursos de outras IC's	Responsabilidades representadas por títulos	Outros passivos	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Finibanco - Holding, SGPS S.A.	-	-	30	-	-	-	30
Caixa Económica Montepio Geral	-	-	8 898	39 222	-	10 240	58 360
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 928</u>	<u>39 222</u>	<u>-</u>	<u>10 240</u>	<u>58 390</u>

À data de 31 de Dezembro de 2011, os encargos e os rendimentos do Finibanco sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Outros custos de exploração, Juros e rendimentos similares, Rendimentos de serviços e comissões e Outros proveitos de exploração, são analisados como segue:

	Juros e encargos similares	Rendimentos de serviços e comissões	Juros e rendimentos similares	Outros custos de exploração	Outros proveitos de exploração	Total Euros '000
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa Económica Montepio Geral	4.908	-	-	-	-	4 908
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	7	1 874	-	21	1 902
Finibanco - Holding, SGPS S.A.	5	2	765	205	-	977
Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A.	54	-	-	-	-	54
Finibanco Angola, S.A.	-	59	6	-	115	180
	<u>4 967</u>	<u>68</u>	<u>2 645</u>	<u>205</u>	<u>136</u>	<u>8 021</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão constam na nota 10.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

33 Gestão de riscos

O Grupo Montepio (“CEMG”) está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco do Finibanco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade do Finibanco.

A análise e controlo dos riscos são efectuados de um modo integrado, através da Direcção de Risco (DRI), que integra três departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como o reporte prudencial sobre Fundos Próprios e reportes internos sobre risco de crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial e de liquidez, assim como a respectiva integração nos processos de decisão da sala de mercados;
- Departamento de Risco Operacional: responsável pela função de gestão do risco operacional;

A DRI assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam a realização regular do Comité de Risco e Controlo Interno e a revisão da política de delegação de competências de decisão de crédito, no sentido de a tornar sensível ao nível esperado do risco do cliente / operação.

Adicionalmente, foi criada a Direcção de Análise de Crédito, que assegura a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares, assim como a atribuição dos *ratings* internos no segmento de empresas.

No plano regulamentar e de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (“ICAAP”), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme Instrução nº 2/2010 do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Foi igualmente assegurada a participação nos trabalhos do Programa Especial de Inspeções, no âmbito do *Memorandum* assinado entre o Estado Português e o Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

Este programa incidiu sobre três áreas de trabalho – apuramento da imparidade do crédito, cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e procedimentos de *stress testing*. Os resultados obtidos foram muito satisfatórios, confirmando-se a adequação dos processos adoptados pelo Finibanco.

O Finibanco tem também vindo a acompanhar as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os desenvolvimentos de Basileia III no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo-se procedido a análises do respectivo impacto. O Finibanco tem ainda participado regularmente nos Estudos de Impacto Quantitativo (QIS) de Basileia III, desenvolvidos pelo Banco de Portugal de acordo com as orientações da *European Bank Association* (EBA). Os documentos publicados pelo Comité de Basileia no final de 2009, estão agora divulgados nas suas versões definitivas e espera-se que sejam transpostos para directivas europeias em breve.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela DAGR, que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos (“ALCO”) e do Comité de Informática.

A Direcção de Auditoria e Inspeção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DRI, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais do Finibanco.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito - Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reactivo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de rating interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de actividade, enquanto para clientes Empresários em nome individual (“ENI’s”) e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Finibanco ao risco de crédito:

	Dez 2012	Dez 2011
	Euros '000	Euros '000
Crédito a clientes	117 806	145 439
Outros activos	184	8 973
	<u>117 990</u>	<u>154 412</u>

A repartição por sectores de actividade, para o exercício findo em 2012, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	31 de Dezembro 2012			
	Crédito a clientes		Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	866	20	-	-
Indústrias extractivas	1 721	66	-	-
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	3 017	123	-	-
Têxteis e vestuário	2 601	379	-	-
Curtumes e calçado	295	63	-	-
Madeira e cortiça	916	28	-	-
Papel e indústrias gráficas	2 901	396	-	-
Produtos químicos e de borracha	3 004	588	-	-
Produtos minerais não metálicos	1 485	443	-	-
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	7 081	832	-	-
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	1 535	46	-	-
Fabricação de material de transporte	463	98	-	-
Outras indústrias transformadoras	3 093	730	-	-
Electricidade, gás e água	5	5	-	-
Construção e obras públicas	10 868	2 111	-	-
Comércio por grosso e a retalho	22 662	2 385	-	-
Turismo	4 335	386	-	-
Transportes	2 513	413	-	-
Actividades de informação e comunicação	716	12	-	-
Actividades financeiras	292	7	42 501	-
Actividades imobiliárias	18 991	1 447	-	-
Serviços prestados às empresas	5 832	762	-	-
Administração e serviços públicos	2 212	30	-	-
Outras actividades de serviços colectivos	12 273	1 411	-	-
Crédito à habitação	13 333	567	-	-
Outros	8 705	1 651	-	-
	<u>131 715</u>	<u>14 999</u>	<u>42 501</u>	<u>-</u>

A repartição por sectores de actividade, para o exercício findo em 2011, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	31 de Dezembro de 2011			
	Crédito a clientes		Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	1 359	91	-	-
Indústrias extractivas	2 007	68	-	-
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	4 284	79	-	-
Têxteis e vestuário	3 043	337	-	-
Curtumes e calçado	340	77	-	-
Madeira e cortiça	1 082	56	-	-
Papel e indústrias gráficas	3 249	191	-	-
Produtos químicos e de borracha	4 081	806	-	-
Produtos minerais não metálicos	1 990	161	-	-
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	8 443	782	-	-
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	2 054	46	-	-
Fabricação de material de transporte	627	121	-	-
Outras indústrias transformadoras	3 588	130	-	-
Electricidade, gás e água	5	5	-	-
Construção e obras públicas	13 217	2 001	-	-
Comércio por grosso e a retalho	24 880	1 554	-	-
Turismo	3 475	256	-	-
Transportes	3 508	434	-	-
Actividades de informação e comunicação	1 018	18	-	-
Actividades financeiras	338	17	41 830	-
Actividades imobiliárias	22 551	1 937	-	-
Serviços prestados às empresas	7 123	330	-	-
Administração e serviços públicos	2 381	23	-	-
Outras actividades de serviços colectivos	12 299	119	-	-
Outros	28 290	1 485	-	-
	<u>155 232</u>	<u>11 124</u>	<u>41 830</u>	<u>-</u>

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos (“ALCO”), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* positivos de taxa de juro e de liquidez, de dimensão moderada. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* (“VaR”). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que no final de 2011 representavam 91% do total da carteira.

O Finibanco calcula de forma regular o VaR da sua carteira de negociação sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, o Finibanco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (“BIS”) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º 13/2009).

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DRI exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, o Finibanco está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os Fundos próprios do Finibanco dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base (“FPB”): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e outros instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Portugal. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, activos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite correspondente a 10% do máximo entre as referidas responsabilidades e o activo do fundo de

pensões. São também deduzidos em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras. Em Novembro de 2011 entrou em vigor a Instrução 28/2011 do Banco de Portugal que inclui como elemento negativo dos fundos próprios de base uma parte do saldo dos depósitos cuja taxa de remuneração seja superior em 3% à taxa de referência para a data do depósito em vigor na data de renovação ou constituição desse depósito. Esta Instrução aplica-se aos depósitos constituídos ou renovados após 1 de Novembro de 2011.

- Fundos Próprios Complementares (“FPC”): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível reservas provenientes da reavaliação do activo imobilizado e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras.
- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 e 5 anos, calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 9 ou 12 anos em carteira (conforme a data de arrematamento) o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

A composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, reflectida num rácio de solvabilidade, representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios. O Aviso n.º 3/2011 do Banco de Portugal determina que o rácio *core tier 1*, em base consolidada, deve ser não inferior a 9%, até 31 de Dezembro de 2011, e a 10%, até 31 de Dezembro de 2012.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Finibanco para 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	Dez 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado	180 000	180 000
Resultados, reservas gerais, especiais e resultados não distribuídos	(23 637)	(47 013)
	<u>156 363</u>	<u>132 987</u>
Fundos Próprios Complementares		
<i>Upper Tier 2</i>	1	18
	<u>1</u>	<u>18</u>
Deduções aos fundos próprios totais	(3 656)	(3 267)
Fundos próprios totais	<u>152 708</u>	<u>129 738</u>
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	15 674	15 611
Risco operacional	761	393
	<u>16 435</u>	<u>16 004</u>
Rácios Prudenciais		
Rácio <i>Core Tier 1</i>	76,11%	66,48%
Rácio <i>Tier 1</i>	76,11%	66,48%
Rácio de Solvabilidade	74,33%	63,15%

34 Reporte por segmentos

O Finibanco adoptou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais, tendo para o efeito passado a utilizar novos critérios na preparação desta informação.

A actividade do Finibanco é desenvolvida essencialmente no sector financeiro e direccionada para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de actuação.

Os produtos e serviços comercializados incluem toda a oferta inerente à actividade bancária universal, designadamente, a captação de depósitos, a concessão de crédito e serviços financeiros a empresas e particulares e custódia e ainda a comercialização de fundos de investimento e de seguros de vida e não vida, através das suas associadas do sector segurador. Adicionalmente, o Finibanco realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Finibanco considera os seguintes Segmentos Operacionais:

- (1) Banca de Retalho, que inclui os subsegmentos de Particulares, Empresários em Nome Individual, Microempresas, e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
- (2) Banca de Empresas, que engloba as Grandes Empresas, as Pequenas e Médias Empresas, as Instituições Financeiras e o Sector Público Administrativo;
- (3) Outros Segmentos que agrupa as operações não incluídas nos outros segmentos, designadamente as operações e a gestão referentes à Carteira própria de Títulos e às Aplicações em Instituições de Crédito.

Cada segmento engloba as estruturas do Finibanco que a ele se encontram directa e indirectamente dedicadas, bem como as unidades autónomas do Finibanco cuja actividade é imputada a um dos segmentos acima referidos.

Descrição dos segmentos operacionais

Em base consolidada, cada um dos segmentos operacionais inclui os proveitos e os custos relacionados com as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Finibanco:

Banca de Retalho

Este Segmento Operacional corresponde a toda a actividade desenvolvida pelo Finibanco, com os clientes particulares, empresários em nome individual microempresas e IPSS, comercialmente designados por segmento de Particulares e Pequenos Negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, dos canais electrónicos e rede de promotores. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito individual ou ao consumo, os depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de poupanças, os produtos soluções de reforma, tais como os PPR, os cartões de débito e de crédito, os serviços de gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento e de compra e venda de títulos e de custódia, bem como colocação de seguros e serviços não financeiros.

Banca de Empresas

Este Segmento Operacional agrega a actividade do Finibanco com as Pequenas, Médias e Grandes Empresas, através da rede de balcões e da estrutura comercial dedicada a este segmento. Inclui também o negócio com os clientes institucionais, designadamente do sector financeiro e da administração pública central, local e regional. De entre os produtos envolvidos destaca-se o crédito à tesouraria e ao investimento, o desconto comercial, as garantias prestadas o *leasing*, o *factoring*, o *renting*, as operações de estrangeiro, tais como os créditos documentários, cheques e remessas os depósitos serviços de pagamentos e recebimentos, os cartões e ainda serviços de custódia.

Outros segmentos

Neste segmento inclui-se toda a actividade desenvolvida de suporte às actividades principais que constituem o *core business* dos dois segmentos anteriores, designadamente a actividade de gestão financeira global do Finibanco, os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (acções e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais ao Finibanco os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a actividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial, a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros, que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transaccionados, e a preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida.

Critérios de imputação dos resultados aos segmentos

A informação financeira consolidada apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Finibanco, tal como preconizado pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na nota 1, tendo sido adoptados ainda os seguintes princípios:

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Finibanco utiliza o resultado como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma é avaliada isoladamente atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, activos, passivos, capital próprio afecto, proveitos e custos.

Estruturas do Finibanco dedicadas ao segmento

A actividade do Finibanco abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios:

- (i) Da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais, mesmo que, numa fase posterior o Finibanco, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados;
- (ii) Do cálculo da margem financeira inicial em função do volume de actividade directo e das taxas de juro das operações negociadas com os clientes para cada produto/segmento;
- (iii) Do cálculo da margem financeira final através da cedência dos activos e passivos de cada produto/segmento a uma *pool*, que procede ao seu balanceamento e ajuste dos juros, tendo em conta as taxas de juro de mercado em cada momento, ou seja, a Euribor para diversos prazos;
- (iv) Da imputação dos custos directos das estruturas comerciais dedicadas ao segmento;
- (v) Da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos);
- (vi) Da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95 do BdP e com o modelo da imparidade;

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Finibanco são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo sistema de ajuste através da *pool*, acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base em critérios definidos sem qualquer margem das estruturas fornecedoras.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao segmento Outros Segmentos.

Juros activos e passivos

Sendo a actividade consolidada do Finibanco exercida essencialmente através do negócio bancário, significa que a maior parte das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto da actividade dos segmentos representar o negócio directo desenvolvido pelas unidades de negócio para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 da IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Operações entre Segmentos.

Activos não correntes

Os activos não correntes, na óptica preconizada na IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis e os Activos intangíveis. No Finibanco, estes activos encontram-se afectos ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

Activos por benefícios pós-emprego

Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do Fundo de Pensões do Finibanco correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão, o Finibanco considera que os referidos elementos não devem influenciar o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquela unidade com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

O reporte por segmentos operacionais em 31 de Dezembro de 2012, é apresentado conforme segue:

Indicador de Exploração e Rendibilidade	Banca de Retalho Euros '000	Operações entre segmentos Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares	10 110	-	10 110
Juros e encargos similares	2 512	-	2 512
Margem financeira	7 598	-	7 598
Rendimentos de serviços e comissões	2	-	2
Encargos com serviços e comissões	(6)	-	(6)
Resultados de alienação de outros activos	-	(1 433)	(1 433)
Outros resultados de exploração	1 519	-	1 519
Total de proveitos operacionais	9 113	(1 433)	7 680
Custos com pessoal	82	-	82
Gastos gerais administrativos	1 033	-	1 033
Depreciações e amortizações	0	-	-
Total de custos operacionais	1 115	-	1 115
Total Provisões e Imparidade	4 292	(6 990)	(2 698)
Resultado operacional	3 706	5 557	9 263
Impostos	-	1 188	1 188
Resultado do exercício	3 706	4 369	8 075
Activo Líquido	-	-	195 154
Passivo	-	-	30 287

O reporte por segmentos operacionais em 31 de Dezembro de 2011, é apresentado conforme segue:

Indicador de Exploração e Rendibilidade	Banca de Retalho Euros '000	Operações entre segmentos Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares	42 989	-	42 989
Juros e encargos similares	25 824	-	25 824
Margem financeira	17 165	-	17 165
Rendimentos de serviços e comissões	5 465	-	5 465
Encargos com serviços e comissões	(957)	-	(957)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	883	883
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	207	207
Resultados de reavaliação cambial	-	(46)	(46)
Resultados de alienação de outros activos	-	(3 487)	(3 487)
Outros resultados de exploração	(1 647)	65 741	64 094
Total de proveitos operacionais	20 026	63 298	83 324
Custos com pessoal	13 974	-	13 974
Gastos gerais administrativos	10 117	-	10 117
Depreciações e amortizações	2 107	-	2 107
Total de custos operacionais	26 198	-	26 198
Total Provisões e Imparidade	14 021	3 171	17 192
Resultado operacional	(20 193)	60 127	39 934
Impostos	-	15 514	15 514
Resultado do exercício	(20 193)	44 613	24 420
Activo Líquido	145 439	67 823	213 262
Passivo	39 222	16 268	55 490

35 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Finibanco aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 7 de Outubro de 2010, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de activos financeiros”, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2011. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de Novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de activos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- i) Compreenderem a relação existente entre um activo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- ii) Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao activo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de activos financeiros ocorra próximo do final do período.

O Finibanco não teve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações.

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de activos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de Dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de activos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Activos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2012. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, presumindo-se que o seu valor será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

O Finibanco não teve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

O Finibanco decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia.

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- i) Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados das que, nunca poderão ser objecto de tal reclassificação para resultados;
- ii) Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afectar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- iii) Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afectam apenas a apresentação e não tem qualquer impacto na posição financeira ou performance do Finibanco.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui, desde alterações fundamentais como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos activos do plano a simples clarificações e reajustamento de texto. O Finibanco procedeu, em 2012, a uma alteração voluntária de política contabilística passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em outro rendimento integral (OCI).

Porém, as alterações terão impacto no gasto líquido do benefício já que o retorno esperado dos activos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido. Esta situação também não terá impacto ao nível das demonstrações financeiras do Finibanco.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (master) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

O Finibanco espera que a adopção das alterações à IFRS passem a exigir maior extensão as divulgações sobre direitos de compensação.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

O Finibanco não espera impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente a revisão do processo de definição do perímetro de consolidação, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as actividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adopção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

Esta alteração não terá qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Finibanco.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto)

O investidor considera em que medida controla as actividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre activos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

O Finibanco não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações respectivos, e contabilize-os em conformidade.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. Em seu turno, entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

O Finibanco não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da

Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

O Finibanco não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

O Finibanco está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adopção da IFRS 10 e IFRS 11.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a excepções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

O Finibanco está presentemente a reanalisar as suas metodologias para a determinação do justo valor com o objectivo de determinar se esta norma terá impacto, se algum.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a activos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adopção da IFRS 13 irá exigir que o Finibanco proporcione divulgações adicionais. Tais incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para activos/passivos não financeiros, e divulgações sobre justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Finibanco

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efectuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo

propósito do negócio é investir fundos com o objectivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de private equity, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adopção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2013.

O Finibanco não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é relativa ao do período anterior.

IAS 16 Activos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de activos fixos tangíveis não sendo assim contabilizados em inventários.

IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos activos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efectuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O Finibanco não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adoptada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projecto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a colher os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes activos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo hóspede (contrato principal) seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efectiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2015 com adopção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 por forma a acomodar questões práticas e outros aspectos.

O Finibanco iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respectiva avaliação. Dada a natureza das actividades do Finibanco, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

36 Acontecimentos após data de balanço

Após a data de balanço e antes das demonstrações financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transacções e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

Relatório e Parecer do conselho Fiscal

Excelentíssimos Senhores Accionistas do

Finibanco, S.A.:

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal do Finibanco, S.A. vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de dois mil e doze, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais relativos àquele ano, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais, referentes àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração e ainda sobre o desempenho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal reuniu assiduamente, pelo menos mensalmente, e acompanhou a evolução da Instituição, nomeadamente através dos contactos com o Conselho de Administração da Sociedade e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias. Com efeito, periodicamente foram disponibilizados Mapas Financeiros, através dos quais foi possível tomar conhecimento das variações patrimoniais ocorridas.

No seu desempenho, o Conselho Fiscal procedeu também às verificações que por lei lhe estão conferidas, não lhe tendo sido criados quaisquer constrangimentos, o que realça com satisfação.

De igual modo, este órgão acompanhou a actividade desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que avalia muito positivamente, tendo, desta forma, igualmente obtido elementos úteis ao desenvolvimento das suas funções de fiscalização.

O Conselho Fiscal elaborou, ainda, o parecer previsto no Aviso nº5 de 2008 do Banco de Portugal, acerca do Sistema de Controlo Interno, em articulação com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com o Conselho de Administração e com os diversos serviços do Banco.

O Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas e a certificação legal das contas emitidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem reservas e sem ênfases, tendo também apreciado a proposta do Conselho de Administração de aplicação de resultados.





Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração e a correspondente proposta de aplicação de resultados.

Havendo o Senhor Dr. José Rodrigues de Jesus renunciado ao cargo de Presidente deste Conselho Fiscal, em 29 de Novembro de 2012, este relatório e parecer vai apenas assinado pelos dois vogais efectivos.

Porto, 13 de Março de 2013

O Conselho Fiscal

António Monteiro de Magalhães

Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes

1/2.1 001

TRANSCRIÇÃO DE DELIBERAÇÕES UNÂNIMES POR ESCRITO

Nos termos do art. 63, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais, transcrevem-se integralmente no presente livro de actas as Deliberações Unânicas por Escrito, de 21 de Março de dois mil e treze, cujo original se anexa, rubricado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Finibanco, SA e pelo Secretário da Sociedade:

"DELIBERAÇÕES UNÂNIMES POR ESCRITO

Aos 21 dias do mês de Março, do ano de dois mil e treze, o FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A., representado pelo Vogal do Conselho de Administração Álvaro Cordeiro Dâmaso, na qualidade de Accionista Única por ser detentora da totalidade do capital social da sociedade comercial FINIBANCO, SA, pessoa colectiva número quinhentos e cinco milhões, oitenta e sete mil e duzentos e oitenta e seis, matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto com igual número e com o capital social de cento e oitenta milhões de euros, integralmente realizado, com sede na Rua Júlio Dinis, número cento e cinquenta e sete, Porto, tomou as seguintes deliberações unânicas por escrito, ao abrigo do disposto no artigo cinquenta e quatro, número um, do Código das Sociedades Comerciais:

PONTO UM: Aprovar o relatório de gestão, balanço e contas e o da fiscalização da sociedade, relativos ao exercício de dois mil e doze, conforme documentos anexos.

PONTO DOIS: Aprovar a proposta de aplicação de resultados do exercício de dois mil e doze, apresentada pelo Conselho de Administração, cujo teor é o seguinte:

"No exercício de dois mil e doze o Finibanco, SA obteve um Lucro de euros 8.075.405, 55 (oito milhões, setenta e cinco mil, quatrocentos e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos) para o qual se propõe a seguinte aplicação:

- Para Reserva Legal (10%): euros 807.540,55 (oitocentos e sete mil, quinhentos e quarenta euros e cinquenta e cinco cêntimos);
- Para Resultados Transitados: euros 7.267.865,00 (sete milhões, duzentos e sessenta e sete mil, oitocentos e sessenta e cinco euros);
- Total: euros 8.075.405, 55 (oito milhões, setenta e cinco mil, quatrocentos e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos).

PONTO TRÊS: Aprovar um voto de confiança em todos os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, relativo ao desempenho dos respectivos cargos no exercício de dois mil e doze;

PONTO QUATRO: Eleger Norberto da Cunha Junqueira Fernandes Pilar para o exercício das funções de Presidente do Conselho Fiscal do Finibanco, SA e para o mandato em curso, que termina em 31 de Dezembro de 2013, em substituição José Rodrigues de Jesus, que renunciou ao cargo através de carta, datada de 29 de Novembro de 2012, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Do teor destas deliberações unânicas por escrito será dado conhecimento ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Joaquim de Matos Pinto Monteiro, e ao Secretário da Sociedade FINIBANCO, SA, António Alfredo Martins Manso Gigante, perante quem a FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A. fará a necessária prova da qualidade de accionista único do FINIBANCO, SA.

2/2 002

Lisboa, vinte e um de Março de dois mil e treze, Álvaro Cordeiro Dâmaso, Administrador com poderes de representação da FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A., conforme carta de representação em anexo, Accionista Única, detentora da totalidade do capital social da sociedade comercial FINIBANCO, SA".

Porto, 25 de Março de 2013

Alvaro Cordeiro Dâmaso
Administrador

CERTIFICAÇÃO

António Alfredo Martins Manso Gigante, abaixo assinado, na qualidade de Secretário da Sociedade Finibanco, S. A. certifica, nos termos das alíneas e) e f) do número um do Artº. 446 B do Código das Sociedades Comerciais, que a fotocópia da Transcrição de Deliberações Unâнимes por Escrito exarada a folhas um e dois do Livro de Actas da Assembleia Geral do Finibanco, S.A., feita na face das duas folhas por mim rubricadas, bem como as assinaturas nela apostas, são verdadeiras, completas e actuais.

Mais certifica que o referido Livro de Actas da Assembleia Geral do Finibanco, S.A., donde foi extraído o presente documento, se encontra devidamente legalizado, tendo nele lavrados os competentes termos de abertura e de encerramento.

Porto, 27 de Março de 2013

FINIBANCO, S. A.

O Secretário da Sociedade

António Alfredo Martins Manso Gigante

António Alfredo Martins Manso Gigante